

## UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA CAMPUS I - CAMPINA GRANDE CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

GABRIELLA GOMES DO NASCIMENTO

ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Um Estudo no Município de Algodão de Jandaíra – PB

#### GABRIELLA GOMES DO NASCIMENTO

## ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Um Estudo no Município de Algodão de Jandaíra – PB

Trabalho de Conclusão de Curso TCC apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Orientador: Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244a Nascimento, Gabriella Gomes do.

Análise dos indicadores financeiros das demonstrações contábeis aplicada ao setor público [manuscrito] : um estudo no município de Algodão de Jandaíra – PB / Gabriella Gomes do Nascimento. - 2021.

20 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Prof. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira , Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Indicadores financeiros. 2. Demonstrações contábeis. 3. Setor público. I. Título

21. ed. CDD 657.3

Elaborada por Hellys P. M. de Sousa - CRB - 15/361

BCIA1/UEPB

#### GABRIELLA GOMES DO NASCIMENTO

## ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Um Estudo no Município de Algodão de Jandaíra - PB

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Área de concentração: Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Aprovada em: <u>19 / 05 / 2021</u>.

### BANCA EXAMINADORA

Adria Tayllo A. Oliveina

Profa. Me. Ádria Tayllo Alves Oliveira (Orientadora) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Prof. Me. José Elinilton Cruz de Menezes

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400 Asstrado de forma digital por JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400 Dados: 2021.05.25 13:15:35 -03:00/

Prof. José Luís de Sousa

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Eu dedico este trabalho a minha mãe, por ser a minha inspiração e alicerce para chegar até aqui e para correr atras de tudo o que acredito, agradeço a ela por não medir esforços para concretização deste sonho que é nosso, obrigada por está comigo me dando apoio e acreditando em mim, és o meu exemplo de força e coragem, eu não teria conseguido sem você e posso dizer que tudo isso é pela senhora.

# **SUMÁRIO**

1	INTRODUÇÃO	6
2	REFERENCIAL TEORICO	8
2.1	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	8
2.2	Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público	9
2.2.1	Balanço Patrimonial	10
2.2.2	Balanço Orçamentário	10
2.2.3	Balanço Financeiro	10
2.2.4	Demonstração das Variações Patrimoniais	11
2.2.5	Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
2.2.6	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
2.2.7	Demonstração do Resultado Econômico	11
2.3	Indicadores Financeiros Aplicados à Contabilidade Pública	11
3	METODOLOGIA	14
3.1	Procedimentos Metodológicos	14
3.1.1	Caracterização da Pesquisa	14
3.1.2	Universo e Amostra	14
3.1.3	Coleta de Dados/ Variáveis	14
3.1.4	Análises de Dados	15
4	ANALISE DE RESULTADOS	16
4.1	Análise das Receitas e Despesas do Mun de Algodão de Jandaíra -PB	16
4.2	Indicadores aplicado no setor público Município de Algodão de	18
	Jandaíra – PB	
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
	REFERÊNCIAS	21

## ANÁLISE DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADA AO SETOR PÚBLICO: Um Estudo no Município de Algodão de Jandaíra – PB

ANALYSIS OF THE FINANCIAL INDICATORS OF FINANCIAL STATEMENTS APPLIED TO THE PUBLIC SECTOR: A Study in the city of Cotton of Jandaíra - PB

Gabriella Gomes do Nascimento

#### **RESUMO**

O estudo tem como objetivo analisar como comporta-se os indicadores financeiros aplicados a gestão pública no município de Algodão de Jandaíra-PB. Os procedimentos metodológicos caracterizam-se com pesquisa descritiva, documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. Os dados foram extraídos das demonstrações contábeis do município Algodão de Jandaíra-PB que se encontravam divulgado no website Sagres -TCE, sendo analisado o período de 2015 a 2019. Os resultados encontrados demonstram que entre os anos de 2016 e 2018 os indicadores financeiros analisados (Indicador de capacidade de geração total de poupança, Indicador da execução orçamentária de capital, Indicador do resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação, Indicador de resultado patrimonial acumulado total) obtiveram déficit, contudo o Indicador de Resultado da Execução Financeira se manteve normal durante o período pesquisado. A evolução de alguns destes indicadores foi positiva resultando em superávit para a entidade, sendo eles o Indicador de resultado patrimonial acumulado com 1,433889276 nos respectivos anos de 2015 e 2019, e o Indicador de resultado da execução orçamentaria por vinculo de arrecadação que deteve 1,04578382 no ano de 2017. Assim, a análise realizada nos indicadores financeiros do Município de Algodão de Jandaíra resultou na demonstração de déficit em relação a maioria dos índices nos períodos pesquisados, revelando uma insuficiência de recursos para suprir as obrigações.

Palavras-Chave: Indicadores Financeiros; Demonstrações Contábeis; Setor Público.

#### **ABSTRACT**

The study aims to analyze how the financial indicators applied to public management behave in the city of Algodão de Jandaíra-PB. The methodological procedures are characterized by descriptive, documentary research, with a qualitative and quantitative approach. The data were extracted from the financial statements of the municipality Algodão de Jandaíra-PB that were published on the website Sagres - TEC, and the period from 2015 to 2019 was analyzed. The results found show that between the years 2016 and 2018 the financial indicators analyzed (Total savings generation capacity indicator, Capital budget execution indicator, Budget execution result indicator by collection link, total accumulated equity result indicator) had a deficit, however the Financial Execution Result Indicator remained normal during the year, researched period. The evolution of some of these indicators was positive, resulting in a surplus for the entity, namely the accumulated equity result indicator with 1.433889276 in the respective years of 2015 and 2019, and the result of budget execution result by collection link that held 1.04578382 in the year 2017. Thus, the analysis carried out on the financial indicators of the Municipality of Cotton of Jandaíra resulted in a deficit in relation to most of the indexes in the periods surveyed, revealing an insufficiency of resources to meet the obligations.

**Key words:** Financial Indicators; Accounting statements; Public sector.

## 1 INTRODUÇÃO

A administração pública é o conjunto de funções que visam gestão dos recursos públicos, satisfazendo assim os interesses e necessidades da população, neste sentido, a Contabilidade aplicada ao Setor Público auxilia a gestão por meio de um sistema de informações que capta, registra, reuni, divulga e interpreta os fenômenos que afetam a situação patrimonial, financeira e econômica, podendo ainda ter a finalidade de determinar os procedimentos que serão utilizados para que os fatos decorrentes da gestão pública ocorram de forma correta e que seus resultados sejam demonstrados em perfeito estado em situações futuras (ARAUJO; ARRUDA 2009).

No setor público, a contabilidade tem como característica o orçamento público regido pela Lei 4.320/64 e pela Constituição Federal de 1988. Estes dispositivos legais descrevem as diversas regras que devem ser seguidas por todas as esferas das entidades públicas, no que abrange a Lei do Orçamento, e pode efetivamente garantir um planejamento de metas e prioridades, sendo por meio destes que os gestores planejam e executam as finanças públicas dentro de um ano e em um determinado mandato (MANARA, *et. al*, 2017).

Assim, a partir da instituição da Lei Complementar 101/2000, a contabilidade pública passou por um processo de mudanças, uma delas foi o anexo de metas fiscais, sendo estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas as receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000) estabelece normas de finanças públicas relacionadas à responsabilidade na gestão fiscal, determinando que os entes federados devessem elaborar e publicar os relatórios e anexos garantindo a transparência sobre a aplicação dos bens públicos e ainda mostrando o cumprimento de metas e o atendimento ao limite de gastos (RESENDE; GOMES E LEROY, 2016).

Neste sentido, as mudanças que ocorreram na Contabilidade aplicada ao Setor Público alteraram as demonstrações contábeis que tiveram que se adaptar, a exemplo do Balanço Patrimonial que antes era classificado em Financeiro e Permanente, passando a ser Circulante e Não Circulante, além da inclusão da Demonstração dos Fluxos de Caixa, porém com as alterações que houveram nos demonstrativos, estes não perderam sua função que é fornecer informações contábeis, fidedignas e confiáveis, que auxiliam na tomada de decisão (SANTOS; CASTRO, 2015).

Com base na análise de balanços e para completar a informação obtida da liquidação do orçamento podemos utilizar os indicadores que são diversos e neste estudo serão utilizados os financeiros, estes podem nos proporcionar a visualização de forma fácil dos resultados da entidade, conseguindo ainda serem importantes instrumentos de controle e verificação de eficiência da gestão, proporcionando comparações entre períodos e situações permitindo a realização de paralelos observando as modificações ocorridas (TAVARES; TAVARES, 2018).

Neste contexto, se tratando dos indicadores financeiros aplicados ao setor público, este estudo objetiva responder a seguinte questão de pesquisa: Como comporta-se os indicadores financeiros aplicados a gestão pública no município de Algodão de Jandaíra\_PB? Almejando responder à pergunta de pesquisa, este estudo tem como objetivo geral analisar como comporta-se os indicadores financeiros aplicados a gestão pública no município de Algodão de Jandaíra-PB.

Tendo como objetivos específicos traçados nessa pesquisa (I) Identificar os indicadores aplicados a gestão pública; (II) Observar as demonstrações contábeis aplicadas ao setor público; (III) Calcular os indicadores financeiros aplicada a gestão pública.

Este estudo tem como justificativa pela necessidade de explorar a temática analisando, bem como permitir a análise dos indicadores financeiros aplicados na Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra – PB no período de 2015 a 2019. Os mesmos são utilizados para fazer comparações entre períodos diferentes da entidade pública já citada e contribuem para a avaliação do desempenho da mesma podendo auxiliar os gestores na tomada de decisão, buscando evidenciar se a gestão vem sendo eficiente com relação aos recursos públicos, mostrando ainda as necessidades e como estão sendo utilizados os recursos financeiros da referida entidade pública.

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

## 2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público (NBC T 16.1, 2012).

O objetivo da Contabilidade aplicada ao Setor Público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e sobre seus aspectos orçamentários, econômicos, financeiros e físicos, dando suporte ao processo de tomada de decisão, à adequada prestação de contas e auxiliando assim a instrumentalização do controle social (SANTOS; CASTRO, 2015).

Considerando a necessidade de prestação de contas, a contabilidade pública deve ser entendida de forma geral como um ramo da contabilidade em que destaca-se o orçamento público, onde se estima receitas e fixa despesas, o planejamento é feito por meio do Plano Diretor, Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), a gestão do patrimônio público não visa à obtenção de lucro financeiro, mas, sim, o lucro social, que é distribuído em benefício da sociedade (MORÁS; KLANN, 2016).

O Plano Plurianual (PPA) estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidas pela Administração Pública, o mesmo é enviado para o Poder Legislativo para que seja avaliado e posteriormente aprovado, sua validade é de quatro anos, ou seja o período de um mandato, porém os prazos não coincidem, pois no primeiro ano de mandato a lei será as dos últimos três anos e neste primeiro ano do novo governo um novo PPA será elaborado e aprovado para a vigência dos próximos quatro anos (MANARA; et. al, 2017).

A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) tomando como base o PPA, a LDO determina as metas e prioridades da Administração Pública, tendo como função orientar a elaboração e execução da LOA, dispondo sobre as mudanças na legislação tributária (XEREZ, 2013). A LDO orienta anualmente a elaboração do orçamento, selecionando entre os programas incluídos no PPA, os que terão prioridade na execução do orçamento subsequente (SILVA, 2012). Fica por conta do Poder Executivo, até 30 dias após cada bimestre publicar o relatório resumido da execução orçamentária (CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88, art. 165).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) visa realizar as metas e objetivos orçados no PPA, materializando as políticas públicas em ações operacionais, através da fixação das despesas planejadas e da estimativa das receitas que se espera arrecadar no exercício financeiro (GAMEIRO; JUNIOR, 2015). Desta maneira, conforme disposto no art. 165 da Constituição Federal de 1988.

§ 50 A lei orçamentária anual compreenderá:

I–O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II-O orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III—O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Assim, as receitas públicas são os recursos ou rendas captadas por meio de contribuições, taxas e tributos e outros, que serviram para o Estado cumprir suas funções, despesas como também custeio de seus serviços. (GOMES; HUPPES; SOPRANE;

MACHADO, 2013). Estas podem ser classificadas por natureza da receita, por fonte/destinação de recursos ou por indicador de resultado primário (BEZERRA, 2016).

A receita pública é conhecida pelo Regime de Caixa, tendo como característica o momento exato do recebimento, que é realizado pelos cofres públicos, numerários ou bens, procedimento feito apenas por entidades públicas (GARCIA; RODRIGUES, 2016). As mesmas dividem-se em duas partes: receitas correntes e receitas de capital (GARCIA; RODRIGUES, 2016).

Enquanto, as Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas (MCASP, 2018). As Receitas de Capital são as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dividas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente (Lei 4.320/64, ART. 11).

As despesas públicas são os desembolsos assumidos pelo Estado na prestação de serviços e encargos de interesse geral da população, nos termos da Constituição, leis, ou em decorrência de contratos ou outros instrumentos, sob a luz do princípio da legalidade é função do administrador público observar as autorizações e limites da despesa presentes na lei orçamentaria (MACHADO, 2015).

Neste sentido, as despesas públicas são classificadas em: despesas correntes e despesas de capital, o que as diferenciam é a contribuição direta para a formação ou aquisição de um bem de capital, onde as despesas correntes não contribuem e as de capital contribuem diretamente (GOMES; HUPPES; SOPRANE; MACHADO, 2013).

As despesas correntes são classificadas em: despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos de dividas e outras despesas correntes; as despesas de capital classificam-se como: investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, os códigos finais da despesa orçamentária definem sua aplicação e se os recursos serão executados diretamente por órgãos ou entidades da mesma esfera governamental ou por outro ente federado e seus institutos, o que facilita a diminuição de dupla contagem de recursos transferidos ou descentralizados (SILVA, 2018).

Desta maneira, os registros contábeis devem ser realizados e os seus efeitos evidenciados nas demonstrações contábeis do período com os quais se relacionam reconhecidos, portanto, pelos respectivos fatos geradores, independentemente do momento da execução orçamentária (NBC T 16.5, 2012).

Assim, a contabilidade aplicada ao setor público, objetiva o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros (LEI 4.320/64 ART. 85).

As prestações de contas dos entes públicos, de acordo com a Lei complementar nº 101 de 2000, no art. 58, a evidenciação do desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

#### 2.2 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

As demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público são: Balanço Patrimonial; Balanço Orçamentário; Balanço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Demonstração do Resultado Econômico conforme Normas Brasileiras de Contabilidade-NBC T 16.6 (2012).

#### 2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidenciará qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial das entidades públicas, sendo estruturado em ativo, passivo e patrimônio líquido, classificando seus elementos em "circulante" e "não circulante" tendo base seus atributos de conversibilidade e exigibilidade (NBC T 16.6, 2012).

Os ativos são classificados como circulantes quando os mesmos atenderem aos seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou tiverem expectativa de realização até o exercício seguinte. Os passivos serão considerados como circulantes quando estes forem valores exigíveis até o final do exercício seguinte ou valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade pública for depositária, independente do prazo de exigibilidade, os itens que não se enquadram nestes critérios serão classificados no grupo dos não circulantes (SANTOS; CASTRO, 2015).

Alguns itens que não eram representados anteriormente e que são resultantes das convergências contábeis são: ativo financeiro que corresponde aos créditos e valores disponíveis independente de autorização orçamentária e os valores numéricos; ativo permanente sendo os bens, créditos e valores cuja movimentação necessita de autorização orçamentária; passivo financeiro equivalente as dividas fundadas e outras cujo pagamento não necessita de autorização orçamentária; passivo permanente que corresponde as dividas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa para amortização ou resgate e finalizando o saldo patrimonial que é o valor apurados pela diferença de todas essas contas (NASCIMENTO, 2017).

#### 2.2.2 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação (MCASP, 2018).

Em casos das receitas arrecadas forem maiores que as despesas, temos um superávit orçamentário que é somado ao total de despesas para fechar com o total da receita, complementando ainda a necessidade de atenção na apuração do déficit ou superávit, devendo ser levado em consideração os resultados dos exercícios anteriores (NASCIMENTO, 2017).

#### 2.2.3 Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstrara a receita e a despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentaria, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte (Lei 4.320/64, art. 103).

Sendo assim, os títulos que compõem o Balanço Financeiro devem ter movimento financeiro efetivo, tendo como contrapartida as contas caixa ou bancos, e atendendo exigências legais utilizar a demonstração dos movimentos financeiros durante todo o exercício com o objetivo de demonstrar a posição de caixa (CAMPOS, 2007).

#### 2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais irá verificar as alterações ocorridas no patrimônio, decorrentes de variações quantitativas e qualitativas, as quantitativas serão as transações que irão aumentar ou diminuir o patrimônio líquido, enquanto qualitativas serão as transações que irão alterar a composição dos elementos do patrimônio sem sofrer modificação em seu total (SILVA, 2013).

Este demonstrativo é semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), porém ao invés de apurar o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, sendo um dos principais indicadores de desempenho da entidade, a DVP não se classifica como um indicador de desempenho, mas como um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais (MCASP, 2018).

#### 2.2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos (NBC T 16.6, 2012).

O fluxo de caixa é dividido em atividades: operacionais, de investimento e de financiamento; no fluxo de caixa operacional são expressos os ingressos, inclusive os de receitas originarias e derivadas, os desembolsos relacionados com a atividade pública e os fluxos que sejam de investimento ou de financiamento; os fluxos de caixa de investimento são os recursos relativos à aquisição e à alienação de ativo não circulante, recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações parecidas; e no fluxo de caixa de financiamento são recursos relacionados à captação e amortização de empréstimos e financiamentos (SANTOS; CASTRO, 2015).

#### 2.2.6 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período (MCASP, 2018).

O principal objetivo da DMPL é evidenciar um extrato do patrimônio líquido no exercício apresentando os motivos de sua variação, vale ressaltar que o patrimônio líquido varia conforme o resultado patrimonial apurado pela DVP (SILVA, 2013).

## 2.2.7 <u>Demonstração do resultado econômico</u>

A Demonstração do Resultado Econômico evidencia o resultado econômico de ações do setor público (NBC T 16.6, 2012). A DRE tem como finalidade evidenciar o quanto a população ficaria obrigada a dispender de recursos com os serviços públicos, caso tivesse que pagar por eles (SILVA, 2013).

## 2.3 Indicadores Financeiros Aplicados ao Setor Público

Os Indicadores são ferramentas que tem por finalidade a obtenção de informações sobre determinada realidade, podendo ser um dado individual ou agregado de informações, devendo comunicar de forma eficiente o estado do fenômeno observado sendo classificados como: econômicos, financeiros, contábeis, sociais etc. afirmam Siche et al. (2007). Na administração pública os indicadores são instrumentos de controle de gestão e verificação de

eficiência e eficácia, proporcionando assim a realização de comparações entre diferentes situações ou períodos de uma mesma entidade, permitindo a análise sobre as modificações ocorridas em determinado espaço de tempo (TAVARES; TAVARES, 2018).

Os indicadores financeiros contribuem para a avaliação de desempenho, atendendo a necessidade de informação dos gestores, órgãos de controle externo e a sociedade em geral, sendo ainda instrumentos que permitem representar a dimensão teórica de uma variável (MEDEIROS; BORILLI; FISCHER, 2015). Os procedimentos de análise e interpretação dos Balanço Públicos, deve-se atentar para as características relativas aos aspectos legais, regulamentares e técnicos, levando em consideração sua estrutura e composição, buscando fornecer subsídios para a interpretação dos fenômenos ocorridos em determinado período (COSTA, 2018).

Os índices financeiros são inter-relações de contas das demonstrações financeiras, cada um deles fornecendo diferentes visões relacionadas a organização, podendo auxiliar no processo decisório envolvendo o crescimento e criação de valor da mesma, estes também são necessários para que a entidade preste contas com a sociedade, em resumo ter conhecimento sobre o desempenho financeiro da organização influencia diretamente no comportamento social e corporativo, está tendo bom desempenho poderá aplicar seus recursos na dimensão social, conforme Ribeiro et al. (2012).

Quadro 01: Indicadores aplicados ao setor público

DESCRIÇÃO	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
Indicador de capacidade de geração total de poupança	<u>Rec. Correntes – Desp. Correntes</u> Receitas Correntes	Representa a economia orçamentária. A sobra destes recursos visa ser aplicada em despesas de capital, chamada também de superávit orçamentário e do contrário denomina-se de déficit. Quanto maior for o indicador, melhor será a representação da geração de total de poupança.
Indicador da execução orçamentária de capital	<u>Receitas de Capital</u> Despesas de Capital	Mede o grau de capitalização ou descapitalização da entidade, o melhor parâmetro de análise é que quanto menor que 1, melhor. O valor menor que 1 indica que houve uma capitalização, onde a receita de capital foi destinada para a despesa de capital e ainda sobraram valores, indicando que a entidade utilizou receitas correntes para pagamento destas despesas correntes.
Indicador de resultado da execução financeira	<u>Ingressos</u> Dispêndios	Indica o resultado total da execução financeira. Quanto maior ou superior a 1, é considerado normal e correto.
Indicador do resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação	<u>Receita orçamentária por vínculo</u> Despesa Orçamentária por vínculo	Este indicador apresentar um número superior a 1, significa que houve superávit orçamentário, caso contrário resultará em déficit
Indicador de resultado patrimonial acumulado total	<u>Soma do ativo real total</u> Soma do passivo real total	Quando o resultado obtido deste índice for superior a 1, existirá superávit patrimonial total, caso inferior a 1, representa que existe um déficit patrimonial, resultando em um passivo a descoberto. Havendo um déficit, os ativos existentes na entidade não serão suficientes para quitação das dívidas expressas.

Indicador de		Qualifica-se quanto maior que 1 melhor, do		
resultado	<u> Ativo real – invest. em obras de uso comum</u>	contrário apresentará um passivo a descoberto.		
patrimonial	soma do passivo real	Apresenta qual a real possibilidade da entidade		
líquido		de quitar suas dívidas no longo prazo,		
_		excluindo os bens de uso comum do povo,		
		sendo estes inalienáveis.		

Fonte: NASCIMENTO, 2017

Conforme o Quadro 01, tem-se a descrição, a fórmula e a interpretação de cada indicador sendo estes distribuídos em indicadores de: capacidade de geração total de poupança, execução orçamentária de capital, resultado da execução financeira, resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação, resultado patrimonial acumulado total e resultado patrimonial líquido.

Resende, Gomes e Leroy, (2016) discorrem que esses indicadores evidenciam a gestão financeira, estes ainda consideraram além do resultado do orçamento, os ingressos e dispêndios extra orçamentários, demonstrando se houve aumento ou redução no saldo do disponível no período.

A análise do balanço financeiro da ênfase que os indicadores são ferramentas para dar assistência na avaliação da gestão financeira, assim como o próprio balanço financeiro eles buscam evidenciar as receitas e despesas orçamentarias da entidade pública demonstrando em determinado período a movimentação financeira e se as mesmas estão sendo empregadas de forma satisfatória (MESQUITA, 2019).

#### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Procedimentos Metodológicos

#### 3.1.1 <u>Tipologia da Pesquisa</u>

Este estudo caracteriza-se por uma pesquisa natureza descritiva, por meio de análise documental. Conforme Oliveira (2011) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

A abordagem ao problema enquadra-se como qualitativa e quantitativa, para Neves (1996) os estudos qualitativos compreendem diferentes técnicas de interpretação que visam descrever e decodificar componentes complexos de um sistema de significados, tendo por objetivo a tradução e expressão do sentido dos fenômenos do mundo social. Enquanto os trabalhos quantitativos, segundo Dalfovo, Lana e Silveira (2008) trata-se de um método que se caracteriza pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dos dados.

O procedimento empregado foi à análise documental, que busca identificar informações de fatos em documentos a partir de questões e hipóteses de interesse (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

#### 3.1.2 Estudo de Caso

O universo da pesquisa ocorreu-se por meio de estudo de caso, que é um método que utiliza geralmente dados qualitativos sendo coletados com base em eventos reais, tendo o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto (BRANSKI, *et.al*, 2010). A amostra a ser analisada é o conjunto de dados extraídos das demonstrações contábeis do Município de Algodão de Jandaíra – PB.

O Município de Algodão de Jandaíra – PB que está situado no Curimataú paraibano e foi emancipado em 29 de abril de 1994, com uma área territorial de 220,248 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018) tendo população de aproximadamente 2.366 habitantes conforme o senso do IBGE realizado no ano de 2010.

Segundo o *Website* do IBGE Cidades (2020) o município conta com uma média salarial de 1,6 salários mínimos e 347 pessoais ocupado assalariado no ano de 2018. No ano de 2019 tem-se um montante de receita arrecadada no valor de R\$ 18.325.671,81 e de receitas extra orçamentárias um total de R\$ 1.408.321,76, em contrapartida suas despesas previstas no respectivo ano obtiveram um total de R\$ 17.895.604,20, sendo R\$ 2.038.788,07 despesas extra orçamentarias, R\$ 151.995,85 despesas com obras pagas e R\$ 2.464.976,65 despesas com licitações pagas conforme o portal da transparência ativa, 2019.

Ressalta-se que a escolha de Município de Algodão de Jandaíra – PB deu-se por conveniência e acessibilidade das informações necessárias, necessárias para atingir o objetivo de analisar como comporta-se os indicadores financeiros aplicados a gestão pública no município de Algodão de Jandaíra-PB.

#### 3.1.3 Coleta de Dados/ variáveis

A coleta de dados está relacionada com os métodos de pesquisa escolhidos. Para este estudo foi escolhido o método de análise documental, que segundo Oliveira (2011) é a coleta de dados de fontes primarias, como documentos escritos ou não, que façam parte de documentos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios e fontes estatísticas.

Os meios utilizados para coleta dos dados foram o portal da transparência do município e o *Website* Sagres – Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE PB.

Para verificação dos comportamentos dos indicadores financeiros aplicados ao setor público, a coleta dos dados deu-se no período de 5 anos compreendendo respectivamente 2015 a 2019. Os indicadores financeiros contribuem para a avaliação de desempenho, dos gestores, órgãos de controle externo e a sociedade em geral, sendo ainda instrumentos que permitem representar a dimensão teórica de uma variável (MEDEIROS; BORILLI; FISCHER, 2015). Assim, os índices analisados nesta pesquisa foram baseados no estudo de Nascimento (2017)

**Quadro 02: Indicadores aplicados ao** Município de Algodão de Jandaíra – PB

INDICADORES FINANCEIROS	FÓRMULA
Indicador de capacidade de geração total de poupança	<u>Rec. Correntes – Desp. Correntes</u> Receitas Correntes
Indicador da execução orçamentária de capital Indicador de resultado da execução financeira	<u>Receitas de Capital</u> Despesas de Capital <u>Ingressos</u> Dispêndios
Indicador do resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação	<u>Receita orçamentária por vínculo</u> Despesa Orçamentária por vínculo
Indicador de resultado patrimonial acumulado total	<u>Soma do ativo real total</u> Soma do passivo real total
Indicador de resultado patrimonial líquido	<u>Ativo real – invest. em obras de uso comum</u> soma do passivo real

Fonte: NASCIMENTO, 2017

Conforme Quadro 02, as variáveis analisadas foram extraídas do Balanço Patrimonial e do Balanço Financeiro pertencente à Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra-PB no período de 2015 a 2019. Enfatiza-se que essa foi inspirado no estudo realizado Nascimento (2017) intitulado como Indicadores Financeiros Aplicados aos Demonstrativos Contábeis Públicos.

#### 3.1.4 Análise de dados

Os dados desta pesquisa foram analisados de forma descritiva, utilizando tabelas e gráficos para organização e demonstração dos resultados. A análise dos resultados foi separada em duas partes a primeira delas explica os dados coletados, despesas e receitas correntes, de capital e orçamentária, também mostra o valor dos ingressos e dispêndios, como também a soma dos ativos e passivos, a segunda parte demonstra os valores encontrados para cada indicador ao longo dos anos estudados.

## 4. ANÁLISE DE RESULTADOS

## 4.1 Análise das Receitas e Despesas do Município de Algodão de Jandaíra –PB

Esta pesquisa visa o estudo dos índices vinculados a Prefeitura de Algodão de Jandaíra-PB, sendo eles interpretados conforme as demonstrações contábeis do referido município comparando os anos de 2015 a 2019, com o objetivo de representar com base nas novas normas contábeis do setor público os impactos nos resultados financeiros e orçamentários da entidade. Neste sentido a Tabela 01 apresenta as receitas despesas divulgadas pela prefeitura de Prefeitura de Algodão de Jandaíra-PB no período de 2015 a 2019.

Tabela 01: Receita e despesas do Município de Algodão de Jandaíra -PB, período de 2015 a 2019

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA
Receitas						
Correntes	11.700.330,05	14.056.718,81	11.602.196,02	13.048.658,14	13.560.646,98	12.793.710,00
Despesas						
Correntes	10.774.670,49	10.956.035,88	11.182.730,73	12.459.823,78	13.018.845,83	11.678.421,34
Receitas de						
Capital	-	397.650,00	-	892.239,31	81.000,00	274.177,86
Despesas de						
Capital	744.174,61	1.427.248,60	197.515,27	682.931,70	765.666,05	763.507,25
Receitas						
Orçamentárias						
por Vinculo	4.103.666,24	4.522.050,93	7.208.253,65	5.478.518,88	4.017.517,54	5.066.001,45
Despesas						
Orçamentárias						
por Vinculo	7.491.386,88	8.230.254,46	6.892.680,41	8.542.654,48	8.684.267,68	7.968.248,78

Tabela: Elaboração própria, 2019

As receitas correntes são as receitas tributarias, de contribuições, patrimoniais, de serviços e outras, também se classificam como receitas correntes as que são provenientes de recursos financeiros recebidos de outras entidades (pública ou privada) destinadas a suprir as despesas correntes (SANTOS; CAMACHO, 2014), conforme a Tabela 01, pode-se ver que houveram alterações nos dados utilizados para este estudo, estas obtiveram uma oscilação em seus resultados registrando seu maior valor R\$ 14.056.718,81 no ano de 2016 e o menor R\$ 11.602.196,02 no ano de 2017.

As despesas correntes por sua vez, são todas as despesas que não contribuem diretamente, para a formação ou aquisição de um bem, integram esse tipo de despesa: pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; e outras despesas correntes (GARCIA, 2008), as mesmas contam com um crescente aumento entre 2015 e 2019, onde tem o seu mínimo em 2015 com o valor de R\$ 10.774.670,49 e chega ao seu máximo no ano de 2019 com R\$ 13.018.845,83.

As receitas de capital podem ser provenientes de recursos financeiros resultantes de dividas, de bens e direitos, de recursos recebidos de pessoas de direito público ou privado e ainda do superávit do orçamento corrente (ZUCCOLOTTO, *et. al*, 2008), essa análise começa sem registrar nenhum valor em 2016 obtém R\$ 397.650, no ano seguinte volta ao valor de zero e no ano de 2018 registra seu maior resultado R\$ 892.239,31. Com relação as despesas de capital, ela contribui diretamente na aquisição de um bem de capital, mantendo vínculo com o registro dos ativos imobilizados, intangível ou investimento (MESQUITA, 2019), estas registram seu resultado mais elevado no ano de 2016 com R\$ 1.427.248,60 em contrapartida obteve seu menor resultado em 2017 resultando em R\$ 197.515,27.

Ainda conforme a Tabela 01, as receitas orçamentarias por vinculo que são definidas como recursos financeiros da entidade, os quais podem viabilizar a execução das políticas públicas atendendo as necessidades e demandas da sociedade (GOMES, 2013), estas obtiveram valores crescentes entres os anos de 2015 a 2017 que foi onde alcançou seu maior resultado R\$ 7.208.253,65 decaindo nos anos de 2018 e 2019 chegando ao seu menor valor R\$ 4.017.517,54 neste ano, por fim as despesas orçamentárias por vinculo que são aquelas que precisão da autorização legislativa e se referem às despesas que integram o orçamento estando elas fixadas ao mesmo (GOMES, 2013), no ano de 2017 foi fixado o menor valor destas despesas obtendo R\$ 6.892.680,41 após isso temos um valor crescente ao longo dos anos chegando ao seu maior resultando no ano de 2019 com R\$ 8.684.267,68.

Tabela 02: Ingressos e Dispêndios do Município de Algodão de Jandaíra -PB, período de 2015 a 2019

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA
Ingressos	14.305.592,68	17.929.606,84	15.683.783,10	18.228.186,47	20.119.500,68	17.253.333,95
Dispêndios	13.907.463,11	16.605.665,19	15.319.057,71	17.532.848,47	18.535.379,42	16.380.082,78

Tabela: Elaboração própria, 2019

Conforme Tabela 02 demonstra-se os valores dos ingressos, que são definidos como a soma de todas as entradas financeiras ou fluxos correntes que uma entidade pública detém para a realização de seus fins, podendo estes serem divididos em orçamentários ou extraorçamentários, diferenciando-se então em razão de os ingressos orçamentários serem os valores que irão ser incorporados definitivamente ao patrimônio e os extraorçamentários serem valores de caráter temporário e utilizados para execução do orçamento (VALENTIM, 2009).

Conforme os dados demonstrados os ingressos obtiveram uma oscilação em seus resultados, registrando seu valor máximo no ano de 2019 contando com R\$ 20.119.500,68 e mínimo no ano de 2015 resultando em R\$ 14.305.592,68. Sendo assim, os dispêndios são as saídas de recursos de uma entidade, ou seja, as despesas para manter os serviços públicos, podemos observar que estes obtiveram um crescimento comparado ao ano de 2015 que inicia com R\$ 13.907.463,11 chegando ao maior resultado no ano de 2019 fixando o valor de R\$ 18.535.379,42 assim como os ingressos.

Tabela 03: Elementos patrimoniais do Município de Algodão de Jandaíra -PB, período de 2015 a 2019

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	MÉDIA
Soma do Ativo						
Real Total	8.521.863,60	6.479.427,73	7.074.889,34	8.411.048,83	9.172.305,16	7.931.906,93
Soma do						
Passivo Real						
Total	7.510.859,74	36.986.453,56	30.784.393,85	32.051.859,97	6.396.801,56	22.746.073,74
Investimentos						
em Obras de						
Uso Comum	2.674.951,83	-	2.674.951,83	2.674.951,83	4.408.238,91	2.486.618,88

Tabela: Elaboração própria, 2019

Com relação a soma do ativo real total, observa-se que de acordo com a Tabela 03, houve uma queda em seu resultado obtendo seu menor valor em 2016 com R\$ 6.79.427,73, em seguida tem-se um valor crescente nos anos subsequente registrando seu máximo em 2019 atingindo R\$ 9.172.305,16. A soma do passivo real total conta com um crescente aumento de 2015 a 2018 chegando à soma de R\$ 32.051.859.97, porém em 2019 registra uma diminuição

significativa comparado aos outros anos, obtendo R\$ 6.396.801,56. Por fim os investimentos em obras de uso comum que se mantem constante nos anos de 2015, 2017 e 2018 resultando em um valor de R\$ 2.674.951,83, e tem seu máximo no ano de 2019 com o valor de R\$ 4.408.238,91.

#### 4.2 Indicadores aplicado no setor público Município de Algodão de Jandaíra -PB

Os indicadores aplicados no setor público têm o objetivo de evidenciar a gestão financeira, além do resultado do orçamento, os ingressos e dispêndios extra orçamentários, demonstrando se houve aumento ou redução no saldo do disponível no período afirma Resende, Gomes e Leroy, (2016).

Para tanto, a Tabela 04 apresenta a análise de indicadores aplicados no setor público, sendo observado o comportamento dos mesmos, no Município de Algodão de Jandaíra –PB entre o período de 2015 a 2019. Ressalta-se que os indicadores analisados, são os indicados por Nascimento (2017), sendo eles os: Indicador de capacidade de geração total de poupança, Indicador da execução orçamentária de capital, Indicador de resultado da execução financeira, Indicador do resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação, Indicador de resultado patrimonial acumulado total, e, Indicador de resultado patrimonial líquido.

Tabela 04: Indicadores aplicado no setor público Município de Algodão de Jandaíra -PB, período de 2015 a 2019

INDICADORES	2015	2016	2017	2018	2019
Indicador de capacidade de geração total de poupança	0,039953931	0,220583692	0,036153956	0,045126047	0,039953931
Indicador da execução orçamentária de capital	0,105790246	0,27861299	0	1,306483957	0,105790246
Indicador de resultado da execução financeira	1,028627045	1,079728312	1,023808605	1,039659158	1,085464733
Indicador do resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação	0,547784583	0,54944242	1,04578382	0,641313411	0,462620187
Indicador de resultado patrimonial acumulado total	1,433889276	0,175183807	0,229820648	0,262419992	1,433889276
Indicador de resultado patrimonial líquido	0,744757549	0,175183807	0,142927534	0,178963	0,744757549

Tabela: Elaboração própria, 2019

Verifica-se que na Tabela 04 os resultados dos indicadores que são o objetivo deste estudo, assim observa-se que o indicador de capacidade de geração total de poupança que inicialmente teve um crescimento de 0,039953931 passou para 0,220583692 no ano de 2016 e logo em seguida uma diminuição resultando seu menor valor no ano de 2017 com 0,036153956.

O indicador da execução orçamentária de capital que teve um aumento de 2015 que tinha 0,105790246 e passou a registrar 0,27861299 chegando ao seu valor nulo no ano seguinte 2017 conseguindo seu máximo 1,306483957 no ano de 2018. Ainda sobre a Tabela 04 o indicador de resultado da execução financeira que por sua vez oscilou ao longo dos anos analisados e obteve seu maior valor 1,085464733 no ano de 2019. Quanto o indicador do resultado da execução orçamentária por vínculo de arrecadação, se manteve estável nos anos

de 2015 e 2016 com aproximadamente 0,55, registrando seu máximo no ano seguinte obtendo 1,04578382 e o mínimo em 2019 resultando no valor de 0,462620187.

O resultado do indicador de resultado patrimonial acumulado total inicia e finaliza esta pesquisa com seus maiores resultados fixando o valor de 1,433889276, no ano de 2016 registra uma queda passando próximo de 0,18, se mantendo crescente nos anos subsequentes. Por fim, o indicador do resultado patrimonial líquido, que obtém uma variação durante os anos fixando seu maior valor nos anos de 2015 e 2019 contando com 0,744757549 chegando ao registro do seu menor resultado no ano de 2017 obtendo 0,142927534.

1,6 Ind. De capcidade de 1,4 geração total de poupança 1,2 Ind. Da exec. Orçamentária de Capital 1 0,8 Ind. De res. Da exec. Financeira 0.6 Ind. Do res. Da exec. Orç. Por 0,4 vinculo de arrecadação 0,2 Ind. De res. Patrimonial acu. 0 Total 2015 2016 2017 2018 2019

Gráfico 01: Evolução dos Indicadores aplicado no setor público Município de Algodão de Jandaíra -PB, período de 2015 a 2019

Tabela: Elaboração própria, 2019

No Gráfico 01, visualiza-se como se comportaram os indicadores ao longo dos anos, cada um deles em uma cor diferente como descreve a legenda, na vertical o resultado dos índices, na horizontal os anos pertencentes aos mesmos.

Conforme o Gráfico 01, o indicador que se manteve estável neste estudo foi o indicador de resultado da execução financeira contando com curvas bem amenas se mantendo acima de 1 sendo considerado normal e correto. O indicador de capacidade de geração total de poupança se manteve entre 0 e 0,4 ao longo dos anos estudados, demonstrando um déficit na economia orçamentária. Enquanto o indicador da execução orçamentaria de capital obteve uma curvatura considerável entre os anos de 2017 e 2019 levando a entidade a uma descapitalização onde as receitas de capital não foram destinadas apenas para as despesas de capital. O indicador do resultado da execução orçamentaria por vinculo de arrecadação demonstra um crescimento significativo de 2016 para 2017 resultando em um pequeno superávit para entidade, obtendo queda ou déficit nos anos seguintes. O indicador de resultado patrimonial acumulado inicia em alta no ano de 2015 obtendo um superávit patrimonial, decaindo no ano de 2016 provocando um déficit patrimonial que se manteve até 2018, atingindo superávit novamente em 2019. O indicador de resultado patrimonial liquido se manteve entre 0,1 e 0,8 iniciando com seu máximo, sofrendo uma diminuição no ano de 2016, se tornando crescente nos anos seguintes, porém demonstrou que a entidade possui um passivo a descoberto ou que a mesma não possui tantos recursos para quitar suas dívidas à longo prazo.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste estudo é analisar como comporta-se os indicadores financeiros aplicados a gestão pública no município de Algodão de Jandaíra, cidade situada no curimataú paraibano, que conta com aproximadamente 2.366 habitantes conforme o último senso realizado pelo IBGE em 2010, tendo uma área territorial de 220,248 km², segundo IBGE, 2018.

Quanto aos procedimentos metodológicos adotado, o estudo caracteriza-se como descritivo, documental, sendo verificadas as informações referentes as demonstrações contábeis aplicada ao setor público extraídas do *WebSite* do Tribunal de Contas da Paraíba – Sagres. Neste sentido, utiliza-se da técnica de Estudo de Caso analisando o Município de Algodão de Jandaíra-PB por meio dos indicadores financeiros aplicados ao Setor Público baseado no estudo de Nascimento (2017) sendo estudado o período de 2015 a 2019.

Os resultados demonstram que as receitas analisadas a que obteve o maior montante são as receitas correntes com uma média de R\$ 12.793.710,00, seguidas das receitas orçamentárias por vinculo que conta com uma média de R\$ 7.968.248,78, as receitas de capital por sua vez obtiveram o saldo nulo nos exercícios de 2015 e 2017, resultando porquanto R\$ 274.177,86 como média. Em contrapartida as despesas, que se comportaram de forma semelhante as receitas, porém não obtiveram valor nulo em nenhum dos períodos, onde as despesas correntes somam em média de R\$ 11.678.421,34 mantendo-se com o maior valor acerca das despesas. Com relação aos investimentos em obras de uso comum estes registraram também resultado nulo no ano de 2016, se mantendo constante nos anos seguintes com valor de R\$ 2.674.951,83, obtendo um aumento significativo em 2019, registrando uma média de R\$ 2.486.618,88.

Neste sentido, ressalta-se que os indicadores analisados têm finalidade diferentes, assim, verifica-se que a execução financeira se manteve linear no período verificado, percebese também um *superávit* no exercício de 2017 no indicador de execução orçamentaria por vinculo de arrecadação.

O resultado patrimonial acumulado total observa-se que obteve um superavit patrimonial nos anos de 2015 e 2019 auferindo o valor de 1,433889276 nos respectivos anos, houve também uma capitalização na execução orçamentária de capital no decorrer dos anos de 2015, 2016 e 2019, fixando também nos exercícios de 2015 e 2019 a soma de 0,105790246 vale ressaltar que o mesmo registrou descapitalização no ano de 2018. Pode-se verificar que os índices de capacidade de geração total de poupança, resultado patrimonial acumulado total e resultado patrimonial líquido resultaram em déficit e descapitalização para entidade entre os anos de 2016 e 2018, enfatizando o indicador de resultado patrimonial que mesmo tendo aumentos, demonstrou a escassez de recursos a longo prazo e um passivo a descoberto ao decorrer do período pesquisado.

Infere-se por meio da análise realizada nos indicadores financeiros do município de Algodão de Jandaíra, que o Munícipio apresentou *déficit* em relação a maioria dos índices nos períodos pesquisados, revelando uma insuficiência de recursos e em alguns casos a quantidade necessária para suprir as obrigações mostrando que a gestão não vem conseguindo ser eficiente nas tomadas de decisões e na distribuição das receitas.

Como limitação de pesquisa, verifica-se o espaço temporal da pesquisa que compreende 5 anos (2015 a 2019), não sendo possível realizar uma evolução histórica dos índices. Para trabalhos futuros, propõe-se a utilização de uma variedade maior de indicadores em um período diferente e maior do que foi utilizado nesta pesquisa para que seja verificado se os recursos irão ser empregados de uma forma mais eficiente.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: da teoria a pratica – 2 ed. rev. e atualizada –** São Paulo: Saraiva, 2009.

BEZERRA, Dayvison Spindola Soares. Uma Análise da Relação entre Receitas e Despesas Públicas e o Desenvolvimento Educacional dos Municípios Brasileiros, de 2008 a 2011, Segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. Dissertação (pós-graduação) — Universidade Estadual de Pernambuco — 2016.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRANSKI, Regina Meyer; FRANCO, Raul Arellano Caldeira; LIMA JR, Orlando Fontes. **Metodologia de estudo de casos aplicados à logística.** XXIV ANPET – Congresso de pesquisa e ensino em transportes, 2010.

CAMPOS, Cleber Silva. **Informações Contábeis do Setor Público: Estudo de Caso do Balanço Financeiro da União**. Monografia — Curso de Especialização em Orçamento Público — Câmara dos Deputados/Tribunal de Contas da União, 2007.

COSTA, Claudivan da Silva. **Analise das demonstrações contábeis no setor público – avaliação de indicadores financeiros e de solvência.** Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Contabilidade Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina, 2018.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01-13, Sem II. 2008.

GAMEIRO, Daniela; JUNIOR, Wanderley Ottoni Ferreira. **Orçamento Público: uma análise sobre a representatividade do orçamento participativo na administração pública.** R. Liceu On-line, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 70-89, jul/dez. 2015.

GARCIA, Aline Francieli Rech; RODRIGUES, Wilson Medeiros. A escrituração da receita pública municipal e seus reflexos na contraprestação dos serviços entregues à sociedade. Faculdades Integradas de Taquara, 2016.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Despesas correntes da união: visões, omissões e opções.** Brasília, 2008.

GOMES, C. S.; HUPPES, C. M.; SOPRANE, G. A.; MACHADO, E. A.. Finanças públicas: análise das receitas e despesas públicas das capitais brasileiras relacionadas com o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal no ano de 2010. XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013.

GOMES, Camila da Silva. Finanças públicas: análise das receitas e despesas públicas das capitais brasileiras relacionadas com o índice firjan de desenvolvimento municipal no ano de 2010. Universidade federal da grande dourados, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LACERDA, Murilo Cabral de. **Indicadores financeiros com base nas demonstrações contábeis e a percepção dos profissionais da contabilidade pública.** Dissertação (mestrado) — Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), 2017.

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (DOU de 23.03.64).

MACHADO, Ana Beatriz Tavares. **Configuração das receitas e despesas públicas: uma análise das finanças do município do Rio de Janeiro** – **RJ** (2005-2012). Vniversitat do Valencia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª edição, 2018.

MANARA, M. A.; NESPOLO, D.; ADAMI, R. B. S.; DOMÊNICO, D. D.; RAMOS, D. B.. A importância do orçamento público: estudo de caso do município de Pinto Bandeira. XVII mostra de iniciação científica, pós-graduação, pesquisa e extensão, 2017.

MEDEIROS, E. S.; BORILLI, S. P.; FISCHER, T. R.. Indicadores de desenvolvimento econômico e financeiro no setor público: um estudo nos municípios da região oeste do Paraná. I CINGEN – Conferência Internacional em Gestão de Negócios, 2015.

MESQUITA, João Paulo de Morais. **Gestão pública e demonstrações contábeis: estudo de caso sobre balanço orçamentário e balanço financeiro em uma prefeitura da região centro oeste de Minas Gerais.** FASF – 2019.

MORÁS, Vania Regina; KLANN, Roberto Carlos. **Contabilidade do Setor Público: Um estudo das redes sociais publicadas em periódicos internacionais.** Race, Joaçaba, v. 15, n. 3, p. 1143-1168, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, Francisco Romerio Teixeira do. Indicadores Financeiros Aplicados aos **Demonstrativos Contábeis Públicos.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 03. Ano 02, Vol. 01. pp 103-115, Junho de 2017.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa – características, usos e possibilidades.** Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, V. 1, nº 3, 2º sem./1996.

Normas brasileiras de contabilidade: **contabilidade aplicada ao setor público : NBCs T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade.** -- Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para realização de pesquisas em administração.** Universidade Federal de Goiás, 2011.

QUINTANA, A. C.; ROZA, M. C.; DAMEDA, A. N. Análise da relação entre os indicadores de gestão e os indicadores contábeis das Universidades Federais do Rio Grande do Sul. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 11°. 2011. São Paulo/SP. Anais Eletrônicos. São Paulo/SP: Universidade de São Paulo, 2011.

RESENDE, Erilma Carmo da Silva; GOMES, José Batista; LEROY, Rodrigo Silva Diniz. **Análise de Balanços na Contabilidade Pública do Município de Rio Paranaíba – MG.** Revista Brasileira de Gestão e Engenharia, nº 14, trabalho 9, páginas 175-197, 2016.

RIBEIRO, Maitê Garcia Cruz; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva; VEIGA, José Augusto da Costa Marques. Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6, núm. 15, 2012, pp. 60-79. Universidade de São Paulo - São Paulo, Brasil

SANTOS, M. C. dos; CASTRO, R. G. V. O papel da contabilidade aplicada ao setor público na tomada de decisões. XV convenção de contabilidade do Rio Grande do Sul, 2015.

SANTOS, Luciano Aparecido dos; CAMACHO, Eliane Utrabo. **Orçamento público** municipal: uma análise no município de Cosmópolis/SP com enfoque no equilíbrio das receitas x despesas no período de 2007 a 2012. Revista evidenciação contábil & finanças, 2014.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira De História &Amp; Ciências Sociais, 2009.

SICHE, Raúl; AGOSTINHO, Feni; ORTEGA, Enrique; ROMEIRO, Ademar. **Índices versus indicadores: Precisões conceituais na discussão da sustentabilidade de países.** Campinas, 2007.

SILVA, Maria Marcia C. de C. **A contabilidade pública e a gestão orçamentária:** aplicabilidade da lei de responsabilidade fiscal nos municípios. Monografia — Universidade Estadual da Paraíba e Universidade Aberta do Brasil, 2012.

SILVA, João Paulo Pereira da. **Demonstrações contábeis aplicadas no setor público – as recentes mudanças e as possíveis dificuldades de implantação.** Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Cearense, 2013.

SILVA, Josimara Lopes. **Lei de Responsabilidade Fiscal na Contabilidade Pública.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 02, Vol. 04, pp. 89-108, Fevereiro de 2018.

TAVARES, Fernanda Beatryz Rolim; TAVARES, Marcella Braga. **Gestão pública: análise de indicadores econômico-financeiros no desempenho municipal.** (2018).

TEIXEIRA, Enise Barth. A análise de dados na pesquisa científica importância e desafios em estudos organizacionais. Editora Unijuí, ano 1, nº 2, 2003.

TREVISAN, R.; LOBLER, M. L.; VISENTINI, M. S.; COELHO, M. C.; GRABNER, S. **Desenvolvimento de um modelo de indicadores contábeis para a avaliação da gestão financeira em prefeitura municipais.** Encontro de administração pública e governança, 2008.

VALETIM, Marenilda Terezinha Silveira. A Gestão Financeira e Orçamentária no Setor Público. Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2009.

XEREZ, Sebastião Regis Dias. **A evolução do orçamento público e seus instrumentos de planejamento.** Bacharel em Economia, Especialista em Administrações Financeira pela UNIFOR, Mestrando em Economia pela UFC e Economista da Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2013.

ZUCCOLOTTO, Robson; RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; ABRANTES, Luiz Antônio. **O comportamento das finanças públicas municipais nas capitais dos estados brasileiros.** XV Congresso Brasileiro de Custos – Curitiba - PR, Brasil, 2008.

#### **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por está comigo em toda e qualquer situação e por me dá discernimento para chegar até aqui. Agradeço aos que estiveram comigo nesta caminhada me dando conforto e fazendo com que a caminhada fosse menos árdua e mais divertida e esse agradecimento se estende aos colegas de curso, aos companheiros de viagem e aos novos amigos que ganhei nessa trajetória e os levarei comigo para sempre. Agradeço aos professores por todo conhecimento repassado, por toda paciência e compromisso conosco.

Agradeço imensamente a minha orientadora Àdria por embarcar nessa comigo e aceitar o desafio de me ajudar a produzir mesmo não sendo sua área de atuação, por me encorajar, acreditar em mim e me mostrar um caminho para superar as dificuldades que foram muitas, reconheço ainda a atenção concedida em cada detalhe desta pesquisa. Não tenho palavras pra descrever o ser humano incrível que a senhora é, muito obrigada.